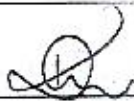


Valor Estimado R\$ _____

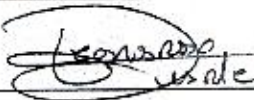
Solicitação de Compras (Data)	Orçamento Orçamentária	com quota	sem quota


Visto + Carimbo

Data: 07/03/25

Para: _____

Programação Financeira: Até 30 DIAS APÓS A emissão de entrega da
nf.


Visto

☐ Previsto ☐ Não Previsto

Data: 26/02/25

Para: PROGE

☐ Dispensado por valor ☐ Inexigibilidade ☐ Dispensa ☐ Concorrência
☐ Chamamento Público ☐ Pregão ☐ Tomada de Preço

Para: Secretário de Administração

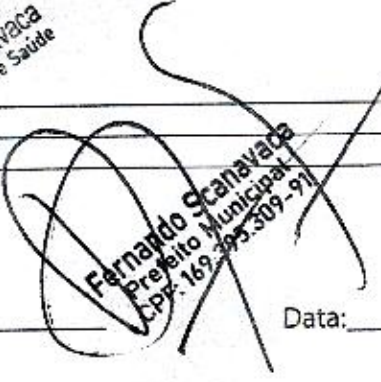
☒ Autorizo ☐ Não Autorizo

Para: ☐ Compras ☐ Licitação / Contratos


Visto

Data: ____/____/____

Para: Contabilidade - Emprenho


Visto

Data: ____/____/____



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DO PARANÁ
"A capital da amizade"



COMUNICAÇÃO INTERNA N.º 114/2025

Umuarama, 28 de Janeiro de 2025.

De: Secretaria Municipal de Saúde / **LISBETH PITITTO SCANAVACA**

Para: Diretoria de Compras, Licitações e Contratos/

A Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama vem por meio da presente, solicitar a correção do **TERMO ADITIVO N.º02**, do seguinte contrato.

➤ **Contrato:**141/2023

➤ **Contratado:**SCARPANTE E SARTORI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ,

➤ **Vencimento:** 14/06/2025

	Previsão de quant. de exames/ano	Valor unitário Tabela SUS (recurso federal)	Valor do complemento (recurso próprio)	Valor total unitário atual	Valor do complemento (recurso próprio) de aumento	Valor total unitário com aumento
Ligadura elástica de varizes de esôfago	60	R\$ 51,75	R\$ 3.048,25	R\$ 3.100,00	R\$ 0,00	R\$ 3.100,00
Endoscopia com dilatação	60	R\$ 49,50	R\$ 1.700,50	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	R\$ 1.750,00
Mucosectomia endoscópica (1 clipe)	60	-	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00	R\$ 465,00	R\$ 3.565,00
Mucosectomia endoscópica (2 cliques)	60	-	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	R\$ 225,40	R\$ 3.825,40
Mucosectomia endoscópica (3 cliques)	60	-	R\$ 4.100,00	R\$ 4.100,00	R\$ 450,80	R\$ 4.550,80
Total anual				R\$939.000,00		R\$ 1.007.472,00

Valor : Solicito a **Majoração** do valor dos exames citados acima, passando o valor mensal do contrato de até R\$ 78.250,00 (setenta e oito mil e duzentos e cinquenta reais .) para até R\$ 83.956,00(oitenta e três mil e novecentos e cinquenta e seis reais) a partir de 01/10/2024 , perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 45.648,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos e quarenta e oito reais) **para os 08 meses restantes do contrato**, passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 1.878.000,00 (um milhão e oitocentos e setenta e oito mil reais), para até R\$ 1.923.648,00 (um milhão e novecentos e vinte e três mil e seiscentos e quarenta e oito reais.).

➤ **Fonte:** F: FEDERAL F: PRÓPRIA

Justificativa.....:O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultas de Gastroenterologia em atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) de Umuarama-Pr.

O referido reequilíbrio se faz necessário, pois conforme informado na solicitação do edital, o município usa como referência a tabela do CISA. Sendo assim como o CISA aumentou os valores das consultas dessa especialidade e para não prejudicar o atendimento aos pacientes do município devido a falta de profissionais que podem migrar para o CISA, se faz necessário o reequilíbrio do valor das consultas.

Gestor: Mantem o gestor do contrato para a Sr^a **Eliana de Lima Beraldo**, inscrito no CPF sob nº 786.615.799-56 Chefe de Divisão, e mantém a fiscal de contrato para a Sr^a **Genir Raimunda Del**

Conte Martins inscrita no CPF sob° 209.289.989-91 Auxiliar de Serviços. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

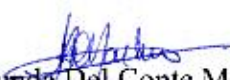
Atenciosamente:



Lisbeth Pititto Scanavaca
Secretária Municipal de Saúde

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretário Municipal de Saúde


Eliana de Lima Beraldo
Gestor do Contrato


Genir Raimunda Del Conte Martins
Fiscal do contrato





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SCARPANTE E SARTORI SERVICOS MEDICOS LTDA
CNPJ: 33.663.599/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:15:40 do dia 01/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/03/2025. /

Código de controle da certidão: **9ADA.4A8F.CC05.8476**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná



Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 035887164-74



Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **33.663.599/0001-00**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 27/05/2025 - Fornecimento Gratuito



A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Estado do Paraná
SECRETARIA DE FAZENDA
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO



Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débitos N° 55597 / 2024

CERTIFICAMOS, conforme requerido por SCARPANTE, CPF/CNPJ n° 33.663.599/0001-00, para fins **SIMPLES VERIFICAÇÃO DE DÉBITOS**, que **EXISTEM DÉBITOS À VENCER** RELATIVOS A TRIBUTOS MUNICIPAIS (impostos, taxas, contribuição de melhoria e dívida ativa dos cadastros Mobiliários e Imobiliários), até a presente data em nome de **SCARPANTE E SARTORI SERVICOS MEDICOS LTDA** CPF/CNPJ n° 33.663.599/0001-00, situado(a) na cidade de Umuarama.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: **8B3464361F46563328496E7A1532F4A6**

A PRESENTE CERTIDÃO TERÁ VALIDADE ATÉ 16/03/2025



Umuarama, 16 de dezembro de 2024

FUNCIONÁRIO: **WEB**

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 33.663.599/0001-00
Razão Social: SCARPANTE E SARTORI SERVICOS MEDICOS LTDA
Endereço: AV RIO BRANCO 4401 / ZONA I / UMUARAMA / PR / 87501-130

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/01/2025 a 15/02/2025

Certificação Número: 2025011703065338562914

Informação obtida em 27/01/2025 16:46:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SCARPANTE E SARTORI SERVICOS MEDICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 33.663.599/0001-00
Certidão nº: 67367689/2024
Expedição: 01/10/2024, às 17:16:16
Validade: 30/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SCARPANTE E SARTORI SERVICOS MEDICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **33.663.599/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA

Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP 87501-225 - fone: (44) 3639-1900
Home-page: www.umuarama.pr.gov.br - email: licita@umuarama.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 141/2023

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA, inscrito no CNPJ sob nº 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150, nesta cidade de Umuarama - Pr, neste ato representado pelo Secretário de Saúde o Sr. **HERISON CLEIK DA SILVA LIMA**, brasileiro, casado, servidor público, inscrito no CPF sob nº 055.559.169-73, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.885.007-4 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro a empresa **SCARPANTE E SARTORI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 33.663.599/0001-00, com sede avenida Rio Branco, nº 4401, zona I, CEP 87.501-130, nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelos seus sócios o Sr. **PAULO ROBERTO SCARPANTE**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 8.061.420-9 SSP-Pr, inscrito no CPF sob o nº 009.664.199-10, residente e domiciliado na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, e a Sra. **CARLA ULIANA SARTORI SCARPANTE**, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 9.721.685-1 SSP-Pr, inscrito no CPF sob o nº 053.275.239-26, residente e domiciliado na cidade de Umuarama, Estado do Paraná resolvem firmar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTAÇÃO: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2023/05/580, no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 027/2023, ratificado em 13 de junho de 2023, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de 14 de junho de 2023, edição nº 12.752, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde - Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de especializadas de Ligadura elástica de varizes de esôfago, Endoscopia com dilatação, Mucosectomia endoscópica (1 clipe), Mucosectomia endoscópica (2 cliques), Mucosectomia endoscópica (3 cliques) em atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) de Umuarama - Pr. Conforme edital de chamamento público 006/2023 - Saúde a Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama.

Procedimentos	Previsão de quant. de exames/ano	Valor unitário Tabela SUS (recurso federal)	Valor do complemento (recurso próprio)	Valor Total Unitário	Valor Total
Ligadura elástica de varizes de esôfago	60	R\$ 51,75	R\$ 3.048,25	R\$ 3.100,00	R\$ 186.000,00
Endoscopia com dilatação	60	R\$ 49,50	R\$ 1.700,50	R\$ 1.750,00	R\$ 105.000,00
Mucosectomia endoscópica (1 clipe)	60	-	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00	R\$ 186.000,00
Mucosectomia endoscópica (2 cliques)	60	-	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	R\$ 216.000,00
Mucosectomia endoscópica (3 cliques)	60	-	R\$ 4.100,00	R\$ 4.100,00	R\$ 246.000,00
					R\$939.000,00





FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA

Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP 87501-225 - fone: (44) 3639-1900

Home-page: www.umuarama.pr.gov.br - e-mail: ficla@umuarama.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Primeiro: Os serviços objeto da presente contratação são caracterizados como comuns e possuem natureza contínua, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XV, respectivamente, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

I – O Termo de Referência;

II – A Proposta da Contratada;

III – Eventuais anexos e documentos presentes no Processo de Inexigibilidade 027/2023 – SAÚDE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INDICAÇÃO DE GESTOR E FISCAL (IS): De acordo com os requisitos exigidos no artigo 2º, da Instrução Normativa nº 03/2009 de 22 de junho de 2009 da Divisão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Umuarama-Pr, indica-se como **GESTOR (A) DE CONTRATO** do presente contrato o Sr. **CLODOALDO ROGÉRIO SARLO**, inscrito no CPF sob nº 020.816.909-18, Chefe da Divisão de Média e Alta Complexidade, da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama-Pr E **GESTOR (A) SUBSTITUTO (A) DE CONTRATO:** o Sr. **MARCIO RIVA DOS SANTOS**, inscrito no CPF nº 033.321.429-33 Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama/Pr., e como **FISCAL DE CONTRATO:** a Sra. **GENIR RAIMUNDA DEL'CONTE MARTINS**, inscrita no CPF sob nº 209.289.989-91, Auxiliar de Serviços, da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama-Pr. E **FISCAL SUBSTITUTO (A) DE CONTRATO:** o Sr. **WAGNER FRANCISQUINI**, inscrito no CPF nº 022.508.189-08, Auxiliar Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama /Pr.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO: O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, tendo início em **14 de junho de 2023** e com término em **14 de junho de 2024**, concludo prorrogável por até **10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: O presente contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que:

I – As condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada;

II – A Contratada mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, de acordo com o Artigo 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o atestado de exclusividade, utilizado para fundamentar a presente contratação;

Parágrafo Segundo: A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

I – O valor anual do objeto do presente contrato é de R\$ 939.000,00 (novecentos e trinta e nove mil reais), de acordo com os valores constantes na Tabela do Chamamento 006/2023 – Credenciamento de Serviços de Saúde.

II – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

III – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos;

Parágrafo Primeiro: Dos valores que a se refere esta cláusula, será abatido o montante devido a título de ISSQN, nos termos da Legislação Municipal em vigor.

Parágrafo Segundo: Caso o objeto deste contrato se enquadre na Legislação em vigor, o Município fará a retenção de 11% (onze por cento) de INSS sobre a mão de obra utilizada, nos termos da IN-SRP 03/2005, devendo, para apuração da base de cálculo, deduzir os valores relativos à utilização de equipamentos e materiais previstos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado por meio de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta-corrente, a serem indicados pela Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

[Handwritten signature and initials]

[Handwritten signature]



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA

Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP 87501-225 - fone: (44) 3639-1900
Home-page: www.umuarama.pr.gov.br - email: licita@umuarama.pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ

I - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 30 (trinta) dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços e após a emissão da competente Nota Fiscal, que obrigatoriamente deverá vir acompanhada dos relatórios de faturamento do Sistema Informatizado do CONTRATANTE contendo o nome do paciente, procedimento e data da realização dos serviços, sendo que a empresa CONTRATADA deverá autenticar o código de barras das requisições de autorização emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde para comprovação dos pacientes atendidos.

II - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal/fatura, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato, por meio de Termo de Recebimento ou Recibo.

III - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento, até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice oficial INPC/IBGE para atualização monetária, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021;

IV - Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

Parágrafo Primeiro: A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação, de acordo com o Artigo 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: O pagamento a que se refere esta cláusula, fica condicionado à apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá, obrigatoriamente, vir acompanhada da comprovação de regularidade fiscal da Contratada, verificada por meio dos documentos elencados no art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro: Constatando-se quaisquer irregularidades por parte da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Parágrafo Quarto: Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Parágrafo Quinto: Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Parágrafo Sexto: Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

Parágrafo Sétimo: As notas fiscais deverão ser encaminhadas à Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA EMISSÃO DE NOTA FISCAL/FATURA/RECIBO: A CONTRATADA, quando da emissão de notas fiscais/faturas/recibo, deverá fazer constar o Processo de Inexigibilidade nº 027/2023 e o Contrato de Prestação de Serviços nº 141/2023 - SAÚDE.

Parágrafo Único: As notas fiscais/faturas ou os recibos deverão ser emitidos em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com CNPJ nº 08.931.506/0001-26, com as informações contidas na Nota de Empenho.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

I - Considerando que os valores tomam como base a tabela SUS mais a complementação com recurso próprio (baseada em tabelas específicas Ex: (CISA, SIGTAP), esta somente sofrerá alteração caso haja reajuste da especialidade/serviço na tabela citada.





FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UMUARAMA

Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP 87501-225 - fone:(44) 3639-1900

Home-page: www.umuarama.pr.gov.br - email: licita@umuarama.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ

- V - Cumprir todas as obrigações constantes do presente contrato e demais documentos anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- VI - Efetuar a prestação dos serviços de acordo com as especificações, o prazo e o local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- VII - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- VIII - Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- IX - Atender às determinações regulares, emitidas pelo fiscal e gestor do contrato, ou autoridade superior, conforme determinado no art. 137, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- X - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, os bens/serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- XI - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- XII - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XIII - Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- XIV - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- XV - Comunicar aos fiscais do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou incidente que obste à execução do objeto contratual;
- XVI - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- XVII - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação/qualificação na licitação/contratação;
- XVIII - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação, conforme artigo 116 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- XIX - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme artigo 116, § único da Lei Federal nº 14.133/2021;
- XX - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XXI - Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;
- a) Para restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, a Contratada deverá apresentar requerimento formal à Administração, acompanhado de documentação comprobatória dos fatos alegados, ensejadores do eventual desequilíbrio;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA

Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP 87501-225 - fone: (44) 3639-1900
Home-page: www.umuarama.pr.gov.br - email: licita@umuarama.pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ

- b) O pedido a que se refere a alínea "a" deste inciso, deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação;
- XXII - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- XXIII - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e/ou utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- XXIV - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força de execução deste contrato;
- XXV - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre as condições de segurança e disciplina;
- XXVI - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- XXVII - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XXVIII - Indicar preposto para representá-la durante toda a execução do contrato;
- XXIX - Emitir nota fiscal/documento fiscal, de acordo com a cláusula oitava do presente contrato.
- XXX - Notificar o CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviado ao CONTRATANTE, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I - Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame/execução do contrato;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica/processo de inexigibilidade ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo, previsto no artigo 5º, da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013;
- II - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas, as seguintes sanções:
- a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, por prazo não superior a 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do inciso acima descrito, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, e máximo de 06 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do inciso acima descrito, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);





FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA

Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP. 87501-225 - fone: (44) 3639-1900

Home-page: www.umuarama.pr.gov.br - email: licita@umuarama.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ

d) Multa:

1. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor total do contrato;
2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- III - O atraso superior a 90 (noventa) dias úteis, autoriza a Administração promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- IV - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (artigo 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- V - Antes da aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- VI - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- VII - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- VIII - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158, da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- IX - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
 - a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) As peculiaridades do caso concreto;
 - c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) Os danos que dela provierem para a Contratante;
 - e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

Parágrafo Primeiro: A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração, ora Contratante, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

Parágrafo Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Terceiro: A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

Parágrafo Quarto: O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Cels) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

Parágrafo Quinto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, são passíveis de reabilitação, desde que atendidos os requisitos constantes no art. 163, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA: A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária ou



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA

Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP 87501-225 - fone: (44) 3639-1900
Home-page: www.umuarama.pr.gov.br e-mail: licita@umuarama.pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ

de negligência, imperícia ou imprudência, praticadas pelo profissional e seus empregados, ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de regresso.

Parágrafo Único: A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: O CONTRATANTE poderá fazer uso das prerrogativas previstas no art. 104, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.

I – O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes;

II – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

III – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

IV – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nela fixado, por algum dos motivos previstos nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

V – A extinção do presente termo de contrato poderá ocorrer:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) De forma consensual, por acordo entre as partes, conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial;

VI – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas;

Parágrafo Primeiro: A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE, sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

Parágrafo Segundo: Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE, advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA, exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

Parágrafo Terceiro: A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual, deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá





FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA

Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP 87501-225 - fone: (44) 3639-1900

Home-page: www.umuarama.pr.gov.br - e-mail: licita@umuarama.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ

oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO/PROPOSTA: O presente contrato é oriundo do Processo Administrativo nº 2023/05/580 - Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 027/2023 - Saúde, bem como vincula-se à proposta da empresa vencedora, ora CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA CESSÃO/TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO: A CONTRATADA não poderá ceder a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e as obrigações oriundas deste contrato, sem prévio e expresse consentimento do CONTRATANTE, sob pena de rescisão de pleno direito, sujeitando o inadimplemento às sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA- DESPESAS E ENCARGOS SOCIAIS: Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços/execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, sobretudo na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: A abstenção por parte do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ora CONTRATANTE, da utilização de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei, não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES:

I - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021 e serão analisadas por meio de processo administrativo próprio;

a) Em caso de aprovação, o processo administrativo resultará na emissão de Anexo/Termo Aditivo, o qual integrará o presente instrumento contratual para todos os fins e efeitos de direito, bem como será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial/jornal de circulação local ou regional;

II - Os serviços não ajustados no presente contrato, que porventura venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE, serão analisados individualmente, nos moldes expostos no inciso I, "a" desta cláusula, bem como nos termos e condições das cláusulas obrigatórias constantes do presente instrumento e respeitados os limites da Lei nº 14.133/21;

a) A CONTRATADA é obrigada aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

b) As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente contrato, no Diário Oficial do Município de Umuarama/Pr e/ou em jornal de circulação local ou regional, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia à ampla publicidade, conforme artigo 94, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e artigo 19, da Lei Municipal nº 4.618 de 1º de dezembro de 2022.

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA

Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP 87501-225 - fone: (44) 3639-1900
Home-page: www.umuarama.pr.gov.br - email: licita@umuarama.pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO FORO: É eleito o Foro da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Justas e contratadas, as partes firmam este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Umuarama, 14 de junho de 2023.

HERISON CHEIK DA SILVA LIMA
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

PAULO ROBERTO SCARPANTE
Scarpante e Sartori Serviços Médicos LTDA
Contratada

CARLA ULIANA SARTORI SCARPANTE
Scarpante e Sartori Serviços Médicos LTDA
Contratada

GESTOR (A):

CLODEGALDO ROGERIO SARLO, inscrito no CPF sob nº 020.816.909-18, Chefe da Divisão de Média e Alta Complexidade, da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama-Pr

GESTOR (A) SUBSTITUTO:

MARCIO RIVA DOS SANTOS, inscrito no CPF nº 033.321.429-33 Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama/Pr.

FISCAL:

GENIR RAMUNDA DEL CONTE MARTINS, inscrita no CPF sob nº 209.289.989-91, Auxiliar de Serviços, da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama – Pr.

FISCAL SUBSTITUTO:

WAGNER FRANCISQUINI, inscrito no CPF nº 022.508.189-08, Auxiliar Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama /Pr.

TESTEMUNHAS:

JOSÉ ANTONIO DO NASCIMENTO JÚNIOR, inscrito no CPF sob nº 430.324.618-20, Assessor Especial da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama.

SIMONY RODRIGUES BERNARDELLI ROSA, inscrita no CPF sob nº 026.448.319-70, Diretora de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama-PR

PUBLICADO NO JORNAL
"UMUARAMA ILUSTRADO"
DE 29/06/2023 DE Nº 12764
UMUARAMA, 29/06/2023
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS





FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA

Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP 87501-225 - fone: (44) 3639-1900

Home-page: www.umuarama.pr.gov.br - email: licita@umuarama.pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO Nº 141/2023

Pelo presente Termo Aditivo o Fundo Municipal de Saúde de Umuarama, inscrito no CNPJ sob nº 08.931.506/0001-26, estabelecida à Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150, na cidade de Umuarama - PR., doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **SCARPANTE E SARTORI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 33.663.599/0001-00, com sede avenida Rio Branco, nº 4401, zona I, CEP 87.501-130, nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA** resolvem, de comum acordo, aditar o contrato celebrado em 14 de junho de 2023, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do respectivo contrato para até 14 de junho de 2025.

Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual de R\$ 939.000,00 (novecentos e trinta e nove mil reais), perfazendo o valor deste termo em até R\$ 939.000,00 (novecentos e trinta e nove mil reais), passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 939.000,00 (novecentos e trinta e nove mil reais), para até R\$ 1.878.000,00 (um milhão e oitocentos e setenta e oito mil reais).

Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:

70.001.10.302.0025.2.096 - ED:3.3.90.39.00.00 - D:163 - F: 1

70.001.10.302.0025.2.096 - ED:3.3.90.39.00.00 - D:164 - F: 303

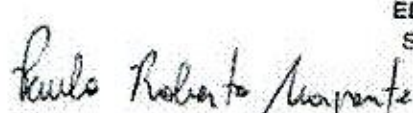
70.001.10.302.0025.2.096 - ED:3.3.90.39.00.00 - D:165 - F: 494

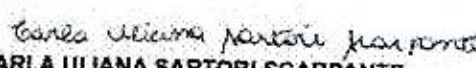
Cláusula Quarta: Fica alterado o gestor do contrato para a Sra. **ELIANA DE LIMA BERALDO**, inscrita no CPF sob nº 786.615.799-56, Chefe de Média e Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama - Pr.

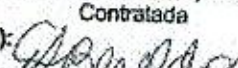
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 19 de fevereiro de 2024.


EDSON DOS SANTOS SOUZA
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

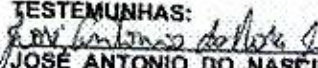

PAULO ROBERTO SCARPANTE
Scarpante e Sartori Serviços Médicos LTDA
Contratada

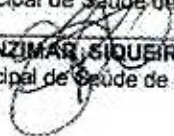

CARLA ULIANA SARTORI SCARPANTE
Scarpante e Sartori Serviços Médicos LTDA
Contratada

GESTOR (A): 

ELIANA DE LIMA BERALDO, inscrita no CPF sob nº 786.615.799-56, Chefe de Média e Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama - Pr.

TESTEMUNHAS:


JOSÉ ANTONIO DO NASCIMENTO JÚNIOR, inscrito no CPF sob nº 430.324.618-20, Assessor Especial da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama.


FRANZIMAR SIQUEIRA DE MORAIS, inscrito no CPF sob nº 037.652.829-01, Agente de Saneamento lotado na Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama-Pr..





FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA

Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP 87501-225 - fone: (44) 3639-1900
Home-page: www.umuarama.pr.gov.br - email: licita@umuarama.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ

MINUTA DO TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO Nº 141/2023

Pelo presente Termo Aditivo o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA, inscrito no CNPJ sob nº 06.931.506/0001-26, com sede à Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP 87501-225, nesta cidade de Umuarama - Pr, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **SCARPANTE E SARTORI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 33.663.599/0001-00, com sede avenida Rio Branco, nº 4401, zona I, CEP 87.501-130, nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo, aditar o contrato celebrado em 14 de junho de 2023, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira: Ficam alterados os valores dos exames contratados, em virtude da publicação da Resolução CISA nº 039/2024, a qual atualizou os valores dos exames constantes na Tabela CISA, passando o valor mensal do contrato de até R\$ 78.250,00 (setenta e oito mil e duzentos e cinquenta reais) para até R\$ 83.954,00 (oitenta e três mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), a partir de 01/10/2024, perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 45.632,00 (quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais), referente aos 08 meses restantes de contratos, passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 1.878.000,00 (um milhão, oitocentos e setenta e oito mil reais) para até R\$ 1.923.632,00 (um milhão, novecentos e trinta e dois mil, seiscentos e trinta e dois reais) nos termos da tabela abaixo descrita:

Procedimentos	Previsão de quant. de exames/a no	Valor unitário Tabela SUS (recurso federal)	Valor do complemento (recurso próprio)	Valor Total Unitário Atual	Valor do complemento (recurso próprio) do aumento	Valor Total unitário com aumento
Ligadura elástica de varizes de esôfago	60	R\$ 51,75	R\$ 3.048,25	R\$ 3.100,00	R\$ 186.000,00	R\$ 3.100,00
Endoscopia com dilatação	60	R\$ 49,50	R\$ 1.700,50	R\$ 1.750,00	R\$ 105.000,00	R\$ 1.750,00
Mucosectomia endoscópica clipe)	(1) 60	-	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00	R\$ 186.000,00	R\$ 3.856,00
Mucosectomia endoscópica clipe)	(2) 60	-	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	R\$ 216.000,00	R\$ 3.825,40
Mucosectomia endoscópica clipe)	(3) 60	-	R\$ 4.100,00	R\$ 4.100,00	R\$ 246.000,00	R\$ 4.550,80
				R\$ 939.000,00		R\$ 1.007.448,00

Cláusula Segunda: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:

70.001.10.302.0025.2.096 - ED:3.3.90.39.00.00 - D:163 - F:1
70.001.10.302.0025.2.096 - ED:3.3.90.39.00.00 - D:164 - F:303
70.001.10.302.0025.2.096 - ED:3.3.90.39.00.00 - D:165 - F:494
70.001.10.308.0025.2.096 - ED:3.3.90.39.00.00 - D:166 - F:70014
70.001.10.302.0025.2.096 - ED:3.3.90.39.00.00 - D:276 - F:60218





FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA

Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP 87501-225 - fone: (44) 3639-1800

Home-page: www.umuarama.pr.gov.br - email: colab@umuarama.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ

Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 21 de outubro de 2024.

EDSON DOS SANTOS SOUZA

Secretário Municipal de Saúde

Contratante

Paulo Roberto Scarpante

PAULO ROBERTO SCARPANTE

Scarpante e Sartori Serviços Médicos LTDA

Contratada

Carla Uliana Sartori Scarpante

CARLA ULIANA SARTORI SCARPANTE

Scarpante e Sartori Serviços Médicos LTDA

Contratada

TESTEMUNHAS:

Ana Paula dos Santos Silva

ANA PAULA DOS SANTOS SILVA, inscrita no CPF sob nº 009.644.889-06, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama-Pr;

Franzimar Siqueira de Moraes
FRANZIMAR SIQUEIRA DE MORAIS, inscrito no CPF sob nº 037.652.829-01, Agente de Saneamento lotado na Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama-Pr.

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
DE 26/10/2024 DE Nº 13.157
UMUARAMA, 29/10/2024
Thiago Corrêa de Souza
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS/SAÚDE

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 33.663.599/0001-00
Razão Social: SCARPANTE E SARTORI SERVICOS MEDICOS LTDA
Endereço: AV RIO BRANCO 4401 / ZONA I / UMUARAMA / PR / 87501-130

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/02/2025 a 06/03/2025 /

Certificação Número: 2025020519505338562920

Informação obtida em 13/02/2025 07:45:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO



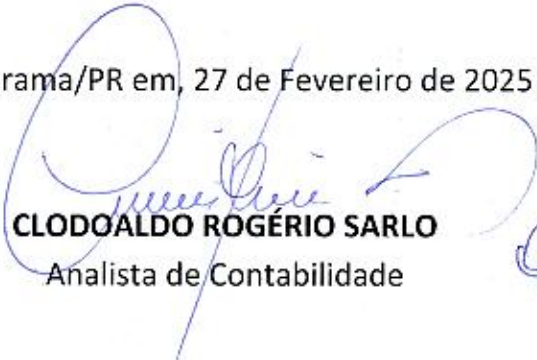
PARECER 80/2025 - SOLICITAÇÕES DE COMPRA

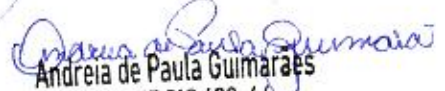
ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO:	70.001.10.302.0025.2.096. - ED: 3.3.90.39.00.00. - D:195 – F:001 – Livres
DOTAÇÃO:	70.001.10.302.0025.2.096. - ED: 3.3.90.39.00.00. - D:196 – F:303 – 15%
DOTAÇÃO:	70.001.10.302.0025.2.096. - ED: 3.3.90.39.00.00. - D:197 – F:494 – Federal
DOTAÇÃO:	70.001.10.302.0025.2.096. - ED: 3.3.90.39.00.00. - D:199 – F:70014 – Estadual

O presente processo possui dotação orçamentária suficiente para a realização da despesa neste exercício.

Umuarama/PR em, 27 de Fevereiro de 2025


CLODOALDO ROGÉRIO SARLO
Analista de Contabilidade


Andreia de Paula Guimarães
CPF: 017.018.629-64
Secretária Municipal da Fazenda





MINUTA DO TERMO ADITIVO 003 AO CONTRATO Nº 141/2023

Pelo presente Termo Aditivo o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA**, inscrito no CNPJ sob nº 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP 87501-225, nesta cidade de Umuarama - Pr, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **SCARPANTE E SARTORI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 33.663.599/0001-00, com sede avenida Rio Branco, nº 4401, zona I, CEP 87.501-130, nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo, aditar o contrato celebrado em 14 de junho de 2023, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira: Fica corrigido a tabela e os dizeres do aditivo 002 do presente contrato para:

ONDE SE LÊ:

Cláusula Primeira: Ficam alterados os valores dos exames contratados, em virtude da publicação da Resolução CISA nº 039/2024, a qual atualizou os valores dos exames constantes na Tabela CISA, passando o valor mensal do contrato de até R\$ 78.250,00(setenta e oito mil e duzentos e cinquenta reais) para até R\$83.954,00(oitenta e três mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), a partir de 01/10/2024, perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 45.632,00(quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais), **referente aos 08 meses restantes de contratos**, passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 1.878.000,00(um milhão, oitocentos e setenta e oito mil reais) para até R\$ 1.923.623,00(um milhão, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e vinte e três reais) nos termos da tabela abaixo descrita:

Procedimentos	Previsão de quant. de exames/ano	Valor unitário Tabela SUS (recurso federal)	Valor do complemento (recurso próprio)	Valor Total Unitário Atual	Valor do complemento (recurso próprio) do aumento	Valor Total unitário com aumento
Ligadura elástica de varizes de esôfago	60	R\$ 51,75	R\$ 3.048,25	R\$ 3.100,00	R\$ 186.000,00	R\$3.100,00
Endoscopia com dilatação	60	R\$ 49,50	R\$ 1.700,50	R\$ 1.750,00	R\$ 105.000,00	R\$ 1.750,00
Mucosectomia endoscópica (1 clipe)	60	-	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00	R\$ 186.000,00	R\$ 3.656,00
Mucosectomia endoscópica (2 cliques)	60	-	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	R\$ 216.000,00	R\$3.825,40
Mucosectomia endoscópica (3 cliques)	60	-	R\$ 4.100,00	R\$ 4.100,00	R\$ 248.000,00	R\$4.550,80
				R\$939.000,00		R\$ 1.007.448,00

PASSA A SE LER:

Cláusula Primeira: Ficam alterados os valores dos exames contratados, em virtude da publicação da Resolução CISA nº 039/2024, a qual atualizou os valores dos exames constantes na Tabela CISA, passando o valor mensal do contrato de até R\$ 78.250,00(setenta e oito mil e duzentos e cinquenta reais) para até R\$83.956,00(oitenta e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais), a partir de 01/10/2024, perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 45.648,00 (quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito reais), **referente aos 08 meses restantes de contratos**, passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 1.878.000,00(um milhão, oitocentos e setenta e oito mil reais) para até R\$ 1.923.648,00(um milhão, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e oito reais) nos termos da tabela abaixo descrita:



Procedimentos	Previsão de quant. de exames/ano	Valor unitário Tabela SUS (recurso federal)	Valor do complemento (recurso próprio)	Valor Total Unitário Atual	Valor do complemento (recurso próprio) do aumento	Valor Total unitário com aumento	Valor total da diferença para 8(oito) meses
Ligadura elástica de varizes esôfago	60	R\$ 51,75	R\$ 3.048,25	R\$ 3.100,00	-	R\$3.100,00	-
Endoscopia com dilatação	60	R\$ 49,50	R\$ 1.700,50	R\$ 1.750,00	-	R\$ 1.750,00	-
Mucosectomia endoscópica (1 clipe)	60	-	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00	R\$ 465,00	R\$ 3.565,00	R\$ 18.600,00
Mucosectomia endoscópica (2 cliques)	60	-	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	R\$ 225,40	R\$3.825,40	R\$ 9.016,00
Mucosectomia endoscópica (3 cliques)	60	-	R\$ 4.100,00	R\$ 4.100,00	R\$ 450,80	R\$4.550,80	R\$ 18.032,00
Valor total anual						R\$ 1.007.472,00	R\$ 45.648,00

Cláusula Segunda: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas

Umuarama, ____ de _____ de 2025.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

PAULO ROBERTO SCARPANTE
Scarpante e Sartori Serviços Médicos LTDA
Contratada

CARLA ULIANA SARTORI SCARPANTE
Scarpante e Sartori Serviços Médicos LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

ANA PAULA DOS SANTOS SILVA, inscrita no CPF sob nº 009.644.889-06, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama-Pr;

HAILTON JOAQUIM DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº 623.232.889-20, Diretor de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama –PR.



COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 225/2025 - LIC

Umuarama, 07 de março de 2025



De: Diretoria de Licitações e Contratos.

Para: Secretaria Municipal da Procuradoria-Geral

Venho por meio desta, encaminhar o processo administrativo nº 2025/02/80, correspondente a solicitação de Termo Aditivo referente ao Contrato nº 141/2023 - Saúde, contendo 19 (dezenove) folhas, incluindo a presente comunicação interna, para aprovação da MINUTA (fls. 18), por esta Procuradoria-Geral.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo protestos de estima e consideração.


RAQUEL PEREIRA SOARES
Diretoria de Licitações e Contratos



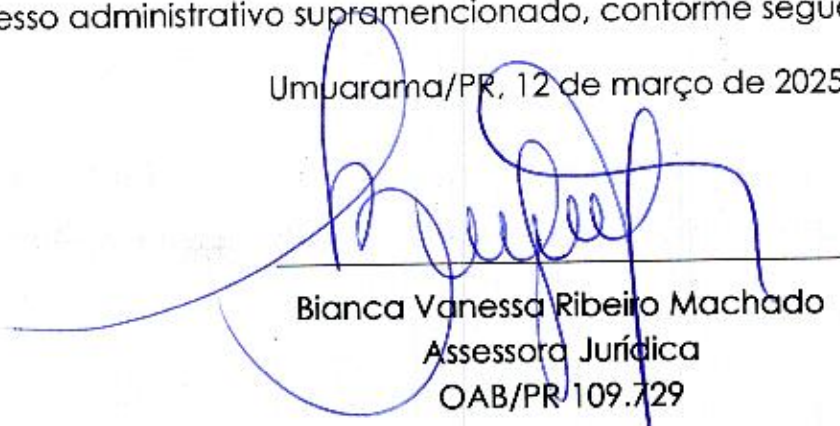
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025/02/80



CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, promovi a juntada do Parecer Jurídico nº 360/2025, expedido pela Secretaria da Procuradoria-Geral, nos autos do processo administrativo supramencionado, conforme segue.

Umuarama/PR, 12 de março de 2025.


Bianca Vanessa Ribeiro Machado
Assessora Jurídica
OAB/PR 109.729

Bianca Vanessa R. Machado
Assessora Jurídica
OAB/PR 109.729



PARECER JURÍDICO Nº 360/2025

Contrato de Prestação de Serviços nº 141/2023

Requerente: Diretoria de Licitações e Contratos

Órgão Promotor da Licitação: Secretaria Municipal de Saúde

Objeto: Aprovação da Minuta do Termo Aditivo 003 (Alteração Contratual) – SCARPANTE E SARTORI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.



I. Relatório

Cinge-se o expediente em solicitação encaminhada a esta Procuradoria-Geral, para exercício do controle prévio de legalidade, assentado no §4º, do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, cujo objeto contempla a análise e aprovação da minuta do termo aditivo para a alteração contratual do Contrato de Prestação de Serviços nº 141/2023, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Umuarama/PR e a empresa SCARPANTE E SARTORI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, via Inexigibilidade de Licitação nº 027/2023, consoante informação prestada na Comunicação Interna nº 225/2025 – LIC (à fl. 19).

Para tanto, o presente procedimento foi instruído com os seguintes documentos: I) Autorização das autoridades competentes para a abertura do procedimento (capa do procedimento); II) Comunicação Interna nº 114/2025 da Secretaria Municipal de Saúde (fls. 02 e 03); III) Certidões de Regularidade Fiscal (fls. 04 a 08, 16); IV) Cópia do Contrato de Prestação de Serviços nº 141/2023 (fls. 09 a 13); V) Cópia do Termo Aditivo 001 ao Contrato nº 141/2023 (fl. 14); VI) Cópia do Termo Aditivo 002



ao Contrato nº 141/2023 (fl. 15); VII) Dotação Orçamentária (fl. 17); VIII) Minuta do Termo Aditivo 003 ao Contrato nº 141/2023 (fl. 18); e, IX) Comunicação Interna nº 225/2025 da Diretoria de Licitações e Contratos (fl. 19).

É o breve relatório.



II. Delimitação do Parecer

Preliminarmente, é de se ressaltar que este parecer tratará de pronunciamento restrito às questões eminentemente jurídicas, nos limites das atribuições determinadas pela Lei Complementar n.º 493/2022. Portanto, estão excluídos da análise os aspectos de natureza técnica, econômica, financeira e administrativa, bem como os aspectos referentes à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que são de responsabilidade dos demais órgãos desta municipalidade.

Conforme os ensinamentos de Gustavo Henrique Pinheiro Amorim, *os advogados públicos devem prestar apenas a consultoria jurídica, ou seja, possuem legitimidade para manifestarem-se somente quanto à legalidade da ação administrativa, nunca quanto à sua conveniência e/ou oportunidade, pois tais dizem respeito ao mérito do ato administrativo, matéria de competência do administrador público, e não do procurador que lhe dá aconselhamento jurídico.*

Dessarte, informo que a presente análise jurídica versará estritamente acerca do pedido de aprovação da minuta do Termo Aditivo 003 ao Contrato de Prestação de Serviços nº 141/2023, não adentrando em questões técnicas ou de conveniência do ato administrativo, ou ainda, aquelas que compreendem a gestão contratual.

Dito isto, passo à análise do caso em apreço.





SECRETARIA DA
PROCURADORIA-GERAL



III. Fundamentação

O presente procedimento teve início com a Comunicação Interna nº 114/2025 (fls. 02 e 03), por meio da qual a Secretaria Municipal de Saúde solicitou a alteração promovida pelo Termo Aditivo 002 ao Contrato nº 141/2023 da seguinte maneira:

Onde se lê:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Ficam alterados os valores dos exames contratados, em virtude da publicação da Resolução CISA nº 039/2024, a qual atualizou os valores dos exames constantes na Tabela CISA, passando o valor mensal do contrato de até R\$ 78.250,00 (setenta e oito mil duzentos e cinquenta reais) para até R\$ 83.954,00 (oitenta e três mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), a partir de 01/10/2024, perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 45.632,00 (quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais), referente aos 08 meses restantes de contratos, passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 1.878.000,00 (um milhão, oitocentos e setenta e oito mil reais) para até R\$ 1.923.623,00 (um milhão, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e vinte e três reais) nos termos da tabela abaixo descrita:

Passa-se a ler:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Ficam alterados os valores dos exames contratados, em virtude da publicação da Resolução CISA nº 039/2024, a qual atualizou os valores dos exames constantes na Tabela CISA, passando o valor mensal do contrato de até R\$ 78.250,00 (setenta





SECRETARIA DA
PROCURADORIA-GERAL UMUARAMA
PREFEITURA DE UMUARAMA

e oito mil duzentos e cinquenta reais) para até R\$ 83.956,00 (oitenta e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais), a partir de 01/10/2024, perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 45.648,00 (quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito reais), referente aos 08 meses restantes de contratos, passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 1.878.000,00 (um milhão, oitocentos e setenta e oito mil reais) para até R\$ 1.923.648,00 (um milhão, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e oito reais) nos termos da tabela abaixo descrita:

Para tanto, a Consulente apresenta a tabela retificada com os cálculos e valores alterados após aumento dos procedimentos com fundamento na tabela CISA

Cumpre mencionar, que a informação emitida por servidor (es) público (s) configura ato administrativo oficial e quando presentes todos os seus pressupostos de validade (competência, objeto, forma, motivo e finalidade), recebe os seus atributos típicos, dentre os quais se destacam a presunção de legitimidade e veracidade.

Nesse aspecto, é preciso abrir parênteses para ressaltar que os atos administrativos de gestão, planejamento, execução e alteração do contrato de direito público são de **responsabilidade exclusiva** do administrador, do gestor e do fiscal do contrato, não competindo ao advogado público examinar o conteúdo dos referidos atos, mas tão somente a juridicidade de sua execução.

Pois bem.





SECRETARIA DA
PROCURADORIA-GERAL



a) Da alteração contratual

Trata-se de solicitação de análise jurídica quanto à necessidade de elaboração de termo aditivo para alteração da cláusula primeira - do objeto - do instrumento contratual, sendo informado pela Consulente que se trata de correção de identificação dos valores apresentados ao Termo Aditivo 002 (fl. 02 e 18 – frente e verso).

A princípio, cumpre observar que a Administração Pública possui prerrogativa para fins de modificação do regime jurídico dos contratos, sempre que houver a necessidade de adequação ao interesse público, respeitando os direitos do contratado, nos termos do art. 58, inc. I da Lei nº 8.666/93 (redação mantida pela Lei nº 14.133/21, no art. 104, inc. I).

Partindo deste pressuposto, via de regra, as modificações contratuais são formalizadas por meio de aditivo, ao qual é facultada a elaboração de modo unilateral ou bilateral, dentro das hipóteses previstas no art. 65 e incisos, da Lei nº 8.666/93, e em seu correspondente legal no art. 124 da Lei nº 14.133/21, pois comumente refletem nos direitos e deveres a serem observados pelas partes.

De outro viés, nas hipóteses em que não se tenha por objetivo a alteração das bases contratuais, mas a implementação de uma condição preexistente no contrato, a legislação vigente dispõe da possibilidade de serem registradas por meio de simples apostilamento, sem necessidade de aquiescência das partes¹.

De acordo com a definição trazida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, o apostilamento caracteriza uma *anotação ou um registro*

¹ Aditivo de Prazo nos Contratos Continuados da Administração, Forma de Contagem e o Termo Inicial. Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance, n. 13, ano 4, p. 45-56. São Paulo: Ed. RT, abr.-jun. 2020





SECRETARIA DA
PROCURADORIA-GERAL

UMUARAMA
PREFEITURA DA CIDADE

administrativo de modificações contratuais que não alteram a essência da avença ou que não modifiquem as bases contratuais².

Partindo desta premissa, o artigo 136, *caput*, da lei supracitada estabelece que os registros que não caracterizarem alteração do contrato - como o caso em comento, onde se nota que referida alteração se deu por mero erro de digitação do Termo Aditivo 002 - poderão ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo. Vejamos:

"Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações: (...)"

Nessa senda, elucidam os doutrinadores Lima e Corrêa (2022)³:

"Há situações que merecem registro em instrumento próprio, porém não acrescentam nem alteram direitos e deveres das partes, pois não configuram alteração do contrato. É o que sucede em caso de alterações societárias do contratado e outras situações sem repercussão sobre direitos e deveres das partes contratantes. O instrumento a ser adotado nessas hipóteses, terá a forma de "apostila"." (Grifou-se)

Destarte, tomando por fidedignas as informações prestadas pela Consulente, nota-se que não se trata de alteração do regime contratual, e, por isso, pode ser realizada por simples apostilamento - sendo dispensada a celebração de termo aditivo.

V. Conclusão

² TCU – Tribunal de Contas da União. *Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU*. 4. ed. Brasília: TCU, 2010

³ *Licitações e contratos administrativos na lei 14.133/21: aspectos gerais / coordenação Francisco Fernando Antônio Albuquerque Lima, Rogério Corrêa. São José dos Pinhais, PR: Editora Negócios Públicos, 2022*





SECRETARIA DA
PROCURADORIA-GERAL UMUARAMA
PREFEITURA DA CIDADE

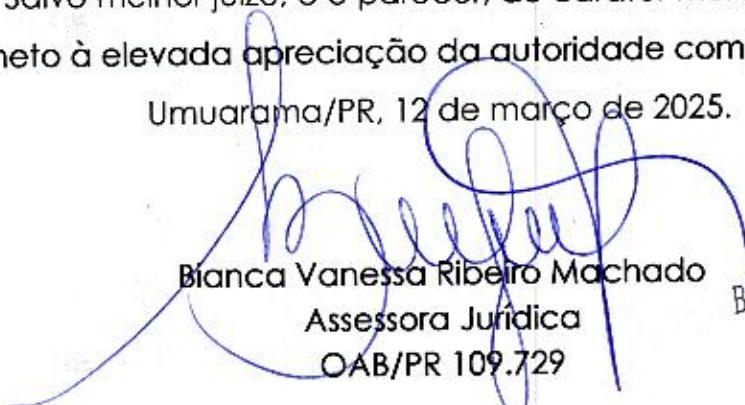
Isto posto, com escora no art. 136, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021 e em análise à problemática destacada por meio da Comunicação Interna nº 031/2025, emitida pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Inovação, opino pela possibilidade jurídica de realizar a alteração da redação da cláusula primeira e respectiva tabela do instrumento contratual, por meio de apostilamento, porquanto está sendo obedecido ao regime jurídico dos contratos administrativos e não ocasionará modificação das bases contratuais.

Nada obstante, é importante frisar que o parecer jurídico é meramente opinativo e, sendo assim, determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações, desde que de forma justificada. Saliento, outrossim, que as questões relacionadas à legalidade foram apontadas para fins de sua correção e que o seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Secretaria Consultante, bem como da Administração Municipal.

Por fim, caso a autoridade competente decida por publicar o termo aditivo, esta Procuradoria-Geral opina pela aprovação da minuta (fl. 18 – frente e verso).

Salvo melhor juízo, é o parecer, de caráter meramente opinativo, que submeto à elevada apreciação da autoridade competente.

Umuarama/PR, 12 de março de 2025.


Bianca Vanessa Ribeiro Machado
Assessora Jurídica
OAB/PR 109.729

Bianca Vanessa R. Machado
Assessora Jurídica
OAB/PR 109.729



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 33.663.599/0001-00

Razão

SCARPANTE E SARTORI SERVICOS MEDICOS LTDA

Social:

Endereço: AV RIO BRANCO 4401 / ZONA I / UMUARAMA / PR / 87501-130

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/02/2025 a 26/03/2025

Certificação Número: 2025022513265338562994

Informação obtida em 13/03/2025 15:02:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 03/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 03/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 03/2025 (Diário Oficial da União - CEAF) , 03/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 03/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS)

Dados da consulta: 13/03/2025 14:14:50

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 33663599000100

Limpar filtros

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANCÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANCÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									





Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa



Certifico que nesta data (13/03/2025 às 15:01) **NÃO CONSTA** no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 33.663.599/0001-00.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 67D3.1D89.3817.1905 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **SCARPANTE E SARTORI SERVICOS MEDICOS LTDA**

CPF/CNPJ: **33.663.599/0001-00**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:46:55 do dia 13/03/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: **AKAD130325154655**

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ****Certidão Negativa de Pendências****CNPJ: 33.663.599/0001-00****Requerente: SCARPANTE E SARTORI SERVICOS MEDICOS LTDA**

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná **CERTIFICA**, em consulta ao banco de dados da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX, que, nesta data, não consta registro de pendências, referentes a contas julgadas irregulares nos últimos 8 (oito) anos e sanções ou determinações, de responsabilidade do requerente.

Esta certidão não se aplica aos seguintes casos:

- a) aos registros para obtenção de certidão liberatória pelas entidades e suas vinculadas, conforme Instrução Normativa nº 68/2012;
- b) aos registros constantes da apreciação pelo Tribunal, mediante emissão de parecer prévio, das contas prestadas pelos chefes dos poderes executivo estadual e municipais, conforme inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar nº 113/2005.

Certidão emitida em 13/03/2025 14:17:17, com validade de 30 (trinta) dias, a contar da emissão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site www.tce.pr.gov.br mediante digitação do código de controle.

Código de controle desta certidão: 377429177

Certidão emitida nos termos da Instrução de Serviço nº 92, de 15/12/2014.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ****Certidão Negativa de Pendências****CNPJ: 33.663.599/0001-00****Requerente: SCARPANTE E SARTORI SERVICOS MEDICOS LTDA**

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná **CERTIFICA**, em consulta ao banco de dados da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX, que, nesta data, não consta registro de pendências, referentes a contas julgadas irregulares nos últimos 8 (oito) anos e sanções ou determinações, de responsabilidade do requerente.

Esta certidão não se aplica aos seguintes casos:

- a) aos registros para obtenção de certidão liberatória pelas entidades e suas vinculadas, conforme Instrução Normativa nº 68/2012;
- b) aos registros constantes da apreciação pelo Tribunal, mediante emissão de parecer prévio, das contas anuais prestadas pelos chefes dos poderes executivo estadual e municipais, conforme inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar nº 113/2005.

Certidão emitida em 13/03/2025 14:17:17, com validade de 30 (trinta) dias, a contar da emissão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site www.tce.pr.gov.br mediante digitação do código de controle.

Código de controle desta certidão: 377429177

Certidão emitida nos termos da Instrução de Serviço nº 92, de 15/12/2014.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ**

Rua Ministro Oliveira Salazar nº 4150 – CEP 87501-225 – Telefone: (44) 3639-1900
Homepage: www.umuarama.pr.gov.br – E-mail: licita@umuarama.pr.gov.br

SECRETARIA**SAÚDE****TERMO ADITIVO 003 AO CONTRATO Nº 141/2023**

Pelo presente Termo Aditivo o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA**, inscrito no CNPJ sob nº 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP 87501-225, nesta cidade de Umuarama - Pr, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **SCARPANTE E SARTORI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 33.663.599/0001-00, com sede avenida Rio Branco, nº 4401, zona I, CEP 87.501-130, nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo, aditar o contrato celebrado em 14 de junho de 2023, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira: Fica corrigido a tabela e os dizeres do aditivo 002 do presente contrato para:

ONDE SE LÊ:

Cláusula Primeira: Ficam alterados os valores dos exames contratados, em virtude da publicação da Resolução CISA nº 039/2024, a qual atualizou os valores dos exames constantes na Tabela CISA, passando o valor mensal do contrato de até R\$ 78.250,00(setenta e oito mil e duzentos e cinquenta reais) para até R\$83.954,00(oitenta e três mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), a partir de 01/10/2024, perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 45.632,00(quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais), **referente aos 08 meses restantes de contratos**, passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 1.878.000,00(um milhão, oitocentos e setenta e oito mil reais) para até R\$ 1.923.623,00(um milhão, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e vinte e três reais) nos termos da tabela abaixo descrita:

Procedimentos	Previsão de quant. de exames/ano	Valor unitário Tabela SUS (recurso federal)	Valor do complemento (recurso próprio)	Valor Total Unitário Atual	Valor do complemento (recurso próprio) do aumento	Valor Total unitário com aumento
Ligadura elástica de varizes de esôfago	60	R\$ 51,75	R\$ 3.048,25	R\$ 3.100,00	R\$ 186.000,00	R\$3.100,00
Endoscopia com dilatação	60	R\$ 49,50	R\$ 1.700,50	R\$ 1.750,00	R\$ 105.000,00	R\$ 1.750,00
Mucosectomia endoscópica (1 clipe)	60	-	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00	R\$ 186.000,00	R\$ 3.656,00
Mucosectomia endoscópica (2 cliques)	60	-	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	R\$ 216.000,00	R\$3.825,40
Mucosectomia endoscópica (3 cliques)	60	-	R\$ 4.100,00	R\$ 4.100,00	R\$ 246.000,00	R\$4.550,80
				R\$939.000,00		R\$ 1.007.448,00

PASSA A SE LER:

Cláusula Primeira: Ficam alterados os valores dos exames contratados, em virtude da publicação da Resolução CISA nº 039/2024, a qual atualizou os valores dos exames constantes na Tabela CISA, passando o valor mensal do contrato de até R\$ 78.250,00(setenta e oito mil e duzentos e cinquenta reais) para até R\$83.956,00(oitenta e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais), a partir de 01/10/2024, perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 45.648,00 (quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito reais), **referente aos 08 meses restantes de contratos**, passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 1.878.000,00(um milhão, oitocentos e setenta e oito mil reais) para até R\$ 1.923.648,00(um milhão, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e oito reais) nos termos da tabela abaixo descrita:





FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Rua Ministro Oliveira Salazar nº 4150 – CEP 87501-225 – Telefone: (44) 3639-1900
Homepage: www.umuarama.pr.gov.br – E-mail: licita@umuarama.pr.gov.br



Procedimentos	Previsão de quant. de exames/ano	Valor unitário Tabela SUS (recurso federal)	Valor do complemento (recurso próprio)	Valor Total Unitário Atual	Valor do complemento (recurso próprio) do aumento	Valor Total unitário com aumento	Valor total da diferença para 8(oito) meses
Ligadura elástica de varizes esôfago	60	R\$ 51,75	R\$ 3.048,25	R\$ 3.100,00	-	R\$3.100,00	-
Endoscopia com dilatação	60	R\$ 49,50	R\$ 1.700,50	R\$ 1.750,00	-	R\$ 1.750,00	-
Mucosectomia endoscópica (1 clipe)	60	-	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00	R\$ 465,00	R\$ 3.565,00	R\$ 18.600,00
Mucosectomia endoscópica (2 cliques)	60	-	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	R\$ 225,40	R\$3.825,40	R\$ 9.016,00
Mucosectomia endoscópica (3 cliques)	60	-	R\$ 4.100,00	R\$ 4.100,00	R\$ 450,80	R\$4.550,80	R\$ 18.032,00
Valor total anual						R\$ 1.007.472,00	R\$ 45.648,00

Cláusula Segunda: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas

Umuarama, 14 de março de 2025.

LISBETH PITILTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

PAULO ROBERTO SCARPANTE
Scarpante e Sartori Serviços Médicos LTDA
Contratada

CARLA ULIANA SARTORI SCARPANTE
Scarpante e Sartori Serviços Médicos LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

ANA PAULA DOS SANTOS SILVA, inscrita no CPF sob nº 009.644.889-06, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama-PR;

HAILTON JOAQUIM DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº 623.232.889-20, Diretor de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama-PR.

